

O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E CONCELHIAS E O PROGRAMA DO GOVERNO PS NESTA ÁREA**RESUMO DAS CONCLUSÕES DESTE ESTUDO**

1-Um dos problemas mais graves que o País enfrenta em termos de desenvolvimento é o contínuo agravamento das desigualdades regionais. Isto tem como consequência a desertificação de importantes regiões, a macrocefalia de outras com graves consequências para o bem estar das suas populações, e mais obstáculos ao desenvolvimento de todo o País. As causas deste agravamento das assimetrias regionais são, nomeadamente, a ausência de qualquer planeamento efectivo a nível nacional, a falsa crença de que o mercado resolverá da melhor forma os problemas do desenvolvimento regional e a recusa da regionalização do País.

2- De acordo com o INE, entre 1995 e 2002, agravaram-se significativamente as assimetrias regionais em Portugal. Neste período, a riqueza criada no nosso País (PIB) aumentou em 47.507 milhões de euros. Deste acréscimo de riqueza, à região Norte, com 35,3% da população, coube apenas 25,6%; à região Centro, com 17,3% da população, coube somente 14,3%; à região de Lisboa e Vale do Tejo, com 33,5% da população do País, que já era a região mais desenvolvida, ficou com 46% do acréscimo da riqueza; ao Alentejo, com 5,1% da população, coube apenas 3,8% do acréscimo de riqueza; ao Algarve, com 3,8% da população, ficou com 4,9% do acréscimo de riqueza; ao Açores, com 2,6% da população coube somente 2,1% do acréscimo de riqueza e, finalmente, à região da Madeira, com 2,4% da população, ficou com 3,3% do acréscimo da riqueza verificado no período 1995-2002. (quadro I)

3- Como consequência desta repartição desigual do aumento do PIB entre 1995 e 2002, a parte da riqueza criada no País (PIB) que cabia à região Norte diminuiu de 30,1% para 28,4%; à região Centro manteve-se praticamente a mesma pois passou de 14,1% para 14,2%; à região de Lisboa e Vale do Tejo aumentou ainda mais de 43,7% para 44,5%; à região do Alentejo desceu de 4,4% para 4,2%; à região do Algarve aumentou de 3,5% para 4%; a região dos Açores praticamente estagnou pois passou de 1,8 para 1,9% e à região da Madeira aumentou de 2,4% para 2,7% do PIB do País (quadro I). Contrariamente ao que se poderá pensar, foi durante os governos do PS de Guterres que as desigualdades regionais aumentaram mais em Portugal (quadro II).

4- Se a análise for feita por concelho, a conclusão que se tira, também com base em dados do INE referentes ao período 1995-2004, é que a diferença de poder de compra dos habitantes dos diferentes concelhos se era grande em 1995, continuou a ser significativa em 2004. Assim, em 1995, o poder de compra de um habitante do Concelho de Lisboa (o mais desenvolvido) era 17 vezes superior ao de um habitante do concelho da Calheta/Madeira (o menos desenvolvido); em 2000, a relação entre o poder de compra dos habitantes desses mesmos dois concelhos tinha baixado para 9 vezes. Em 2002, o poder de compra médio de um habitante do concelho de Lisboa era 6,1 vezes superior ao de um habitante do concelho de Celorico de Bastos (agora o concelho menos desenvolvido do país) e, em 2004, essa diferença de poder de compra aumentou para 6,7 vezes, invertendo o sentido de aproximação que até a este ano se estava a verificar (quadro III).

5- O programa do governo PS, relativamente a esta grave problema, enumera uma multiplicidade de intenções, programas e planos - um PNPOT (programa de ordenamento do território), uma ENDS (estratégia de desenvolvimento sustentado), diversos PROT (planos regionais de ordenamento territorial), diversos POOC (planos de ordenamento da orla costeira)-, "construir uma estrutura coerente de governabilidade das várias escalas territoriais", "um sistema de participação de acompanhamento institucional dos planos", a "atribuição às CCDR's da função de balcão único", etc.; portanto, estratégias, planos e medidas que se acotovelam, até se sobrepõem, no entanto não se clarificam nem objectivos, nem como se fará a sua integração e obterá a coerência entre todos eles, nem que entidades serão responsáveis pela sua execução, nem que competências e meios que disporão. Sintomaticamente não se fala nem de uma estratégia, nem de objectivos, nem de um Plano de Desenvolvimento Regional que abranja de uma forma coerente e integrada todo o País. Tudo isto é preocupante face ao agravamento das desigualdades entre as diferentes regiões do País, como se mostrou neste estudo com base nos últimos dados divulgados pelo INE.

Um dos problemas mais graves que o País enfrenta é a distribuição desigual dos resultados do crescimento económico pelas diferentes regiões. Isto tem como consequência que pessoas vivendo no mesmo país tenham acesso a condições de vida muito desiguais dependentes das regiões ou concelhos em que vivem.

Esta desigualdade na distribuição dos resultados do desenvolvimento pelos diferentes regiões do mesmo país tem como causas, por um lado, a falsa crença de que o livre jogo das forças económica ou o “mercado”, com é vulgar dizer-se ou defender-se, resolverá da melhor forma os problemas do desenvolvimento (daí o slogan “menos Estado, melhor Estado” ou o que é necessário é “reduzir o papel e a intervenção do Estado); e, por outro lado, a incapacidade do Estado para planear e sobretudo implementar uma política de desenvolvimento equilibrado abrangendo todas as regiões do País. A tudo isto também se associa a recusa dos grupos quer económicos quer políticos que controlam o poder, em ceder uma parte desse poder às diferentes regiões do País, em que o exemplo mais paradigmático é a recusa da regionalização.

Tudo isto tem profundas e graves consequências não só para as regiões menos desenvolvidas, como para as mais desenvolvidas, assim como para todo o País visto de uma forma global.

Em relação às regiões menos desenvolvidas, esse desenvolvimento desigual determina a desertificação humana rápida dessas regiões causada pelas baixas condições de vida e de oportunidades existentes nestas regiões. Em relação às regiões mais desenvolvidas, as consequências da atracção crescente que exercem sobre as populações das regiões interiores são a degradação da qualidade de vida, a macrocefalia com todos os problemas que ela determina, é a impossibilidade de responder de uma forma satisfatória às expectativas e necessidades com um mínimo de qualidade às populações quer das que se deslocam para essas regiões quer às dessas regiões.

Para além de tudo o que se acabou de referir o desenvolvimento desigual das diferentes regiões do País acaba por constituir também um importantes obstáculo ao desenvolvimento rápido de todo o país na medida que impede o pleno aproveitamento das potencialidades de cada região assim como as resultantes de um desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional.

AS ASSIMETRIAS REGIONAIS AGRAVARAM-SE AINDA MAIS NOS ÚLTIMOS ANOS

Como mostram os dados do INE do quadro seguinte, as desigualdades entre as diferentes regiões acentuaram-se de uma forma continua e rápida nos sete últimos anos.

QUADRO I – Aumento do PIB e repartição pelas diferentes regiões do acréscimo de riqueza criada (PIB) entre 1995 e 2002

REGIÕES	PIB – 1995		PIB – 2002		AUMENTO do PIB Entre 1995 e 2002		POPULAÇÃO	
	Preços mercado		Preços mercado				Mil	% do
PAIS	Milhões de euros	% do TOTAL	Milhões Euros	% de TOTAL	Milhões Euros	% Acréscimo para cada região . % do TOTAL		TOTAL
Norte	24.289	30,1%	36.445	28,4%	12.156	25,6%	3.658	35,3%
Centro	11.347	14,1%	18.146	14,2%	6.799	14,3%	1.792	17,3%
Lisboa VT	35.235	43,7%	57.101	44,5%	21.866	46,0%	3.478	33,5%
Alentejo	3.617	4,5%	5.431	4,2%	1.814	3,8%	527	5,1%
Algarve	2.839	3,5%	5.156	4,0%	2.317	4,9%	399	3,8%
RA Açores	1.435	1,8%	2.422	1,9%	987	2,1%	273	2,6%
RA Madeira	1.908	2,4%	3.476	2,7%	1.568	3,3%	244	2,4%
TOTAL	80.670	100,0%	128.177	100,0%	47.507	100,0%	10.372	100,0%

FONTE: - Contas Regionais 1995- 2001 e 2002 – INE. Anuário Estatístico 2002 – INE

Em 1995, a riqueza criada no nosso País distribuía-se de uma forma já extremamente desigual entre as diferentes regiões. Assim, à região Norte, com 35,3% da população, cabia apenas 30,1% da riqueza criada no País; à região Centro com 17,3% da população cabia 14,1% da riqueza; mas a região de Lisboa e Vale do Tejo com apenas 33,5% da população já cabia 43,7% da riqueza criada nesse ano no País. Apenas a região do Algarve e da Madeira eram as regiões, para além de Lisboa e Vale do Tejo, a que cabiam percentagens de riqueza superiores às respectivas percentagens de população.

Entre 1995 e 2002, como mostram também os dados do INE constantes do quadro anterior, verificou-se um aumento significativo das desigualdades anteriores, como consequência da repartição desigual do acréscimo de riqueza verificado no referido período.

Assim, entre 1995 e 2002, a riqueza criada no nosso País (PIB) aumentou em 47.507 milhões de euros. Deste acréscimo de riqueza, à região Norte, com 35,3% da população do país, coube apenas 25,6% do acréscimo da riqueza; à região Centro, com 17,3% da população, coube somente 14,3% do acréscimo de riqueza; à região de Lisboa e Vale do Tejo, com 33,5% da população do País, que já era a região mais desenvolvida, ficou com 46% do acréscimo da riqueza; ao Alentejo, com 5,1% da população coube apenas 3,8% do acréscimo de riqueza; ao Algarve, com 3,8% da população, ficou com 3,8% do acréscimo de riqueza; ao Açores, com 2,6% da população coube somente 2,1% do acréscimo de riqueza e, finalmente, à região da Madeira com 2,4% da população ficou com 3,3% do acréscimo da riqueza verificado no período 1995-2002.

Como consequência desta repartição desigual do acréscimo da riqueza verificado no período entre 1995 e 2002, em que foram beneficiadas fundamentalmente as regiões mais desenvolvidas (as mais ricas ficaram ainda mais ricas, e as mais pobres ficaram mais pobres), as desigualdades entre as diferentes regiões, que já eram grandes em 1995, acentuaram mais em 2002. Assim, entre 1995 e 2002, a parcela da riqueza criada em todo o País (PIB) que cabia à região Norte diminuiu de 30,1% para 28,1%; a do Centro manteve-se praticamente a mesma pois passou de 14,1% para 14,2%; a da região de Lisboa e Vale do Tejo aumentou de 43,7% para 44,5%; a do Alentejo desceu de 4,4% para 4,2%; a do Algarve aumentou de 3,5% para 4%; a do Açores praticamente estagnou pois passou de 1,8 para 1,9% e a da Região da Madeira aumentou de 2,4% para 2,7%.

O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES VERIFICOU-SE COM O GOVERNO PS

Contrariamente ao que se poderá pensar, o agravamento das desigualdades entre as diferentes regiões do País verificou-se com os governos PS de Guterres como mostram os dados do INE constantes do quadros seguinte.

QUADRO II – Agravamento das desigualdades entre regiões do País com governos PS

REGIÕES PAIS	Governo PS				AUMENTO do PIB Entre 1995-2001		População % do TOTAL
	PIB – 1995		PIB – 2001		Em Milhões euros	% do Acréscimo para cada região % do TOTAL	
	Preços mercado Milhões euros	% do TOTAL	Preços mercado Milhões euros	% do TOTAL			
Norte	24.289	30,1%	34.937	28,5%	10.648	25,5%	35,3%
Centro	11.347	14,1%	17.090	14,0%	5.743	13,7%	17,3%
Lisboa VT	35.235	43,7%	55.157	45,0%	19.922	47,7%	33,5%
Alentejo	3.617	4,5%	5.043	4,1%	1.426	3,4%	5,1%
Algarve	2.839	3,5%	4.797	3,9%	1.958	4,7%	3,8%
RA Açores	1.435	1,8%	2.230	1,8%	795	1,9%	2,6%
RA Madeira	1.908	2,4%	3.219	2,6%	1.311	3,1%	2,4%
TOTAL	80.670	100,0%	122.473	100,0%	41.803	100,0%	100,0%

FONTE: - Contas Regionais 1995- 2001- INE. Anuário de 2002 – INE

Como mostram os dados do quadro anterior, durante os governos do PS de Guterres as regiões mais desenvolvidas tornaram-se mais desenvolvidas, agravando-se as ainda mais as desigualdades regionais.

Assim, entre 1995 e 2001, a parcela da riqueza criada no País (PIB) que cabia à região Norte desceu de 30,1% para apenas 28,5%; a da região Centro baixou de 14,1% para 14%; a da Lisboa aumentou de 43,7% para 45% do PIB total do País; a parcela que cabia ao Alentejo baixou de 4,5% para 4,1%; a do Algarve aumentou de 3,5% para 3,9% ; a dos Açores manteve-se a mesma – 1,8% do PIB nacional em 1995 e 1,8% em 2002 -, enquanto a da região da Madeira aumento de 2,4% para 2,6% como mostram os dados do quadro.

Este agravamento das desigualdades regionais teve como causa uma repartição muito desigual do acréscimo de riqueza (PIB) verificado entre 1995 e 2001. Assim, neste período, à região Norte, com cerca de 35% da população portuguesa coube apenas 25,5% do acréscimo de riqueza verificado, enquanto à região de Lisboa e Vale do Tejo, com 33,5% da população, coube 47,7% do acréscimo de riqueza (PIB) verificado neste período.

A recusa em regionalizar o País e descentralizar (não desconcentrar) o poder, assim como a ausência de um planeamento regional abrangendo de uma forma integrada e coerente todas as regiões e a sua efectiva implementação, e a crença que o livre jogo das forças económicas, ou seja, “o mercado”, resolve da melhor forma os problemas do desenvolvimento entre as diferentes regiões do País contribuiriam naturalmente para o agravamento das assimetrias regionais verificado durante o governo PS.

AS DIFERENÇAS DE PODER DE COMPRA DOS HABITANTES DOS DIFERENTES CONCELHOS CONTINUA A SER MUITO GRANDE

O Instituto nacional de Estatística publica todos os anos o Indicador per Capita concelhio que é “um número índice com valor igual a 100 para a média do País, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, ou seja, por habitante, nos diferentes concelhos e regiões, com aquele valor de referência nacional, ou seja, 100” que corresponde ao poder de compra médio nacional.

E as conclusões que se tiram desses dados publicados pelo o INE para os diferentes concelhos do País são nomeadamente as seguintes.

O poder de compra do habitante do concelho de Lisboa (o mais desenvolvido) era , em 1995, 17,1 vezes superior ao poder de compra do habitante da Calheta/Madeira (o menos desenvolvido) e, em 2000, essa relação tinha diminuído para 9,1 vezes.

Em 2002, o poder de compra do habitante do concelho de Lisboa era 6,1 vezes superior ao de Celorico de Basto (o menos desenvolvido nesse ano) e , em 2004, depois de dois anos de governo PSD/PP, aquela diferença de poder de compra de dois habitantes do mesmo país, no lugar de ter diminuído até aumentou pois, em 2004, o poder de compra do habitante do concelho de Lisboa era 6,7 vezes superior ao do habitante de Celorico de Bastos, o concelho menos desenvolvido neste ano quando, em 2002, era 6,1 vezes superior.

Em resumo, mesmo em 2004, as diferenças de poder de compra e, conseqüentemente, de condições de vida dos portugueses vivendo nos diferentes concelhos do País continuou a ser muito significativa.

No quadro que se apresenta seguidamente, tomando como base o poder de compra médio do País, apresenta-se a evolução do poder de compra dos habitantes de 47 concelhos do País no período 1995-2004, procurando cobrir todas as regiões.

QUADRO III – Poder de compra por habitante de cada concelho em relação ao País

	INDICE DE PODER DE COMPRA PERCAPITA POR CONCELHO EM RELAÇÃO AO PAÍS				DIFERENÇA ENTRE INDICE PODER DE COMPRA DO CONCELHO E IPC PAIS (100)			
	1995	2000	2002	2004	1995	2000	2002	2004
	PS	PS	PSD/PP	PSD/PP	PS	PS	PSD/PP	PSD/PP
GOVERNO	PS	PS	PSD/PP	PSD/PP	PS	PS	PSD/PP	PSD/PP
PORTUGAL CONCELHOS	100	100	100	100	100		100	100
Lisboa	314,09	305,19	220,19	277,93	214,09	205,19	120,19	177,93
Porto	257,00	238,77	176,62	198,48	157,00	138,77	76,62	98,48
Oeiras	152,95	164,30	184,07	180,97	52,95	64,30	84,07	80,97
Cascais	133,42	148,99	166,63	180,97	33,42	48,99	66,63	80,97
Faro	169,80	139,97	139,05	140,15	69,80	39,97	39,05	40,15
Coimbra	130,35	136,99	126,38	132,47	30,35	36,99	26,38	32,47
Amadora	122,10	131,36	134,13	129,09	22,10	31,36	34,13	29,09
Aveiro	126,47	127,20		121,53	26,47	27,20		21,53
Almada	130,76	124,21	134,13	120,94	30,76	24,21	34,13	20,94
Funchal	97,33	107,92	120,32	120,78	-2,67	7,92	20,32	20,78
Loures	108,58	98,46	122,77	116,65	8,58	-1,54	22,77	16,65
Odivelas			100,47	109,43				9,43
Évora	110,19	105,00	111,91	108,71	10,19	5,00	11,91	8,71
Setúbal	127,90	114,46	127,74	107,10	27,90	14,46	27,74	7,10
Barreiro	108,26	95,74	118,28	106,10	8,26	-4,26	18,28	6,10
Maia	95,70	115,68	118,19	105,75	-4,30	15,68	18,19	5,75
Sintra	119,83	119,08	128,56	104,51	19,83	19,08	28,56	4,51
Portalegre	91,75	95,31	95,80	98,87	-8,25	-4,69	-4,20	-1,13
Sines	114,90	88,73	108,14	97,88	14,90	-11,27	8,14	-2,12
Braga	101,57	103,57	109,98	96,61	1,57	3,57	9,98	-3,39
Palmela	79,04	90,03	101,10	96,61	-20,96	-9,97	1,10	-3,39
Vila Nova Gaia	93,38	101,86	107,89	95,11	-6,62	1,86	7,89	-4,89
Beja	108,34	102,91	101,02	94,71	8,34	2,91	1,02	-5,29
Marinha Grande	100,82	98,67		94,50	0,82	-1,33		-5,50
Seixal	112,06	98,36	116,62	94,46	12,06	-1,64	16,62	-5,54
Montijo	104,18	96,55	107,40	94,29	4,18	-3,45	7,40	-5,71
Ponta Delgada	100,08	95,43	84,50	93,20	0,08	-4,57	-15,50	-6,80
Mafra	80,55	86,40	94,14	92,02	-19,45	-13,60	-5,86	-7,98
Castelo Branco	94,57	87,43		89,10	-5,43	-12,57		-10,90
Horta	81,68	77,69	77,40	87,76	-18,32	-22,31	-22,60	-12,24
Guarda	89,04	93,99		86,40	-10,96	-6,01		-13,60
Angra Heroísmo	68,75	71,78	73,29	83,35	-31,25	-28,22	-26,71	-16,65
Sesimbra	86,95	93,90	101,92	82,91	-13,05	-6,10	1,92	-17,09
Viana Castelo	73,72	80,10	84,07	81,30	-26,28	-19,90	-15,93	-18,70
Elvas	82,26	72,10	83,47	80,30	-17,74	-27,90	-16,53	-19,70
Covilhã	78,73	76,16		77,17	-21,27	-23,84		-22,83
Guimarães	68,23	70,74	71,83	71,99	-31,77	-29,26	-28,17	-28,01
Corvo	38,80	76,23	57,41	70,25	-61,20	-23,77	-42,59	-29,75
S. Roque do Pico	40,00	54,75	60,13	69,16	-60,00	-45,25	-39,87	-30,84
Fundão	64,29	66,36		68,07	-35,71	-33,64		-31,93
Calheta	52,70	55,13	45,89	59,52	-47,30	-44,87	-54,11	-40,48
Lages do Pico	43,13	48,87	49,38	57,34	-56,87	-51,13	-50,62	-42,66
Celorico Beira	44,61	51,47		56,12	-55,39	-48,53		-43,88
Calheta/Madeira	18,37	33,38	43,34	50,06	-81,63	-66,62	-56,66	-49,94
Ribeira Grande		40,64	45,44	47,75		-59,36	-54,56	-52,25
Câmara Lobos	28,29	38,58	39,50	44,35	-71,71	-61,42	-60,50	-55,65
Celorico Basto	23,02	33,72	36,18	41,77	-76,98	-66,28	-63,82	-58,23
MAIOR-MENOR (pp)	296	272	184	236				
Maior > Menor (Nº de vezes)	17,1	9,1	6,1	6,7				

O PROGRAMA DO PS SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O programa do governo PS tem todo um capítulo (Capítulo III) dedicado à “Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”. Neste capítulo encontram-se enumeradas, amontoadas, uma série de intenções, estratégias, programas, planos, etc., cujos objectivos, coerência e integração é difícil de descortinar.

Assim, na pág. 94 começa-se por falar de uma “Estratégia Nacional de Conservação da natureza e da Biodiversidade “ que não se sabe bem o que é para o governo; na pág. seguinte (95) fala-se de uma “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado” (ENDS) que também não se clarifica e concretiza; na pág. 113 fala-se de mais uma mas agora já é uma “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural”; etc..

Em relação a planos enumeram-se ,muitos e para todos os gostos. Assim, na pág. 95 do programa refere-se um “Programa Nacional de Ordenamento do Território” (PNPOT) que igualmente não se definem nem objectivos nem meios; ainda na mesma pág. 95, referem-se “Planos Regionais de Ordenamento do Território” (não um, mas certamente sete pois é esse o número de regiões), e na pág. 96 referem-se igualmente os “Planos de Ordenamento da Orla Costeira “ (POOC), uns a elaborar outros a implementar. Mas a enunciação de planos não fica por aqui. Assim, na pág 115 refere-se a um “Plano nacional de Desenvolvimento Florestal de acordo com regras contidas em planos regionais de Ordenamento Florestal”, etc..

Significativamente não se fala de qualquer Plano de Desenvolvimento Regional, assente numa definição clara de objectivos a atingir a nível nacional, a curto, médio e a longo prazo, nem numa uma estratégia de desenvolvimento também clara que abranja de uma forma coerente e integrada todo o território nacional.

A nível de entidades responsáveis pela gestão territorial (não regional) refere-se como “prioritário construir uma estrutura coerente de governabilidade das várias escalas territoriais” (pág. 96), não se clarificando o que é , que instituições participarão, quais são as suas competência e meios; na pág. 97 promete-se “promover e regular novas formas de participação” (Quais? Não se sabe); clarificar um “sistema de participação e acompanhamento institucional dos planos” (Quais? Os PROTs? Os POOCs? Nada é dito), “atribuição às CCDRs da função de balcão único” (à semelhança da Loja do Cidadão? Não se clarifica).

Em resumo, um amontoado e um conjunto muito vago de estratégias, de planos, programas, de medidas, que não se clarificam nem objectivos, nem meios, nem competências, nem se explica como será feita a sua integração e coerência. Na área do desenvolvimento regional parece que o avanço em relação ao passado é reduzido, o que levanta sérias preocupações relativamente ao agravamento das desigualdades que se têm vindo a verificar nos últimos anos, como se provou neste estudo, o que constitui um importante obstáculo ao rápido desenvolvimento do País e a que os portugueses alcancem melhores níveis de desenvolvimento e de vida, aproximando-os da média da União Europeia. Mas “a ver vamos”.

Eugénio Rosa
Economista
Tel. 917 576 313
edr@mail.telepac.pt
Abril de 2005